

# Relatório de Magalhães já permite cassação

■ Primeiras conclusões do relator da CPI dão elementos para expulsar do Congresso os parlamentares envolvidos em malversação

BRASÍLIA — O relatório preliminar da CPI do Orçamento será suficiente para iniciar o processo de cassação do mandato de diversos deputados. O rascunho da introdução traça um cenário da situação do país a partir das denúncias sobre malversação de verbas orçamentárias e fornece os dados necessários ao encaminhamento do processo contra diversos parla-

mentares. O documento foi entregue ontem ao presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), pelo relator, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE).

A versão final do documento preliminar, porém, só deverá ser trazida a público no dia 21 ou 23 de dezembro, de forma a permitir que o relator incorpore as informações contidas nos documentos

das subcomissões. Em uma segunda etapa, no relatório final, Roberto Magalhães terá oportunidade de analisar o caso dos demais parlamentares, não contemplados na versão inicial, de modo a isentá-los totalmente ou fornecer os indícios para sua cassação.

O relator da CPI não subscreveu o pedido dos demais parlamentares que pretendem convo-

car Paulo César Farias para depor sobre os desvios de verbas orçamentárias. Segundo ele, o depoimento de PC não é importante e, se for realizado no plenário da CPI, será conduzido em um clima "feérico". "Ele deveria ser ouvido por uma das subcomissões", concluiu Magalhães, com a prudência que lhe é peculiar.